

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.547.580 - RS (2019/0213360-7)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**AGRAVANTE : DARCI FRANK**  
**ADVOGADOS : VILMAR LOURENÇO E OUTRO(S) - RS033559**  
**IMILIA DE SOUZA - RS036024**  
**AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO LABORADO EM CONDIÇÕES ESPECIAIS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS TIDOS POR VIOLADOS. SÚMULA 282/STF. ARGUMENTAÇÃO DEFICIENTE E RAZÕES DESASSOCIADAS. SÚMULAS 284 E 283 DO STF. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto contra decisão da Corte de origem que não admitiu o recurso especial em razão da incidência da Súmula 7 do STJ.

O apelo nobre obstado enfrenta acórdão, assim ementado (fl. 547):

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TEMPO ESPECIAL. AGENTES NOCIVOS. HIDROCARBONETOS. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO. CONCESSÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DIFERIMENTO.

1. É devido o reconhecimento do tempo de serviço rural quando comprovado mediante início de prova material corroborado por testemunhas.
2. Comprovada a exposição do segurado a agente nocivo, na forma exigida pela legislação previdenciária aplicável à espécie, possível reconhecer-se a especialidade da atividade laboral por ele exercida.
3. Os riscos ocupacionais gerados pela exposição a agentes químicos, especialmente hidrocarbonetos, não requerem a análise quantitativa de concentração ou intensidade máxima e mínima no ambiente de trabalho, dado que são caracterizados pela avaliação qualitativa.
4. Os equipamentos de proteção individual não são suficientes, por si só, para descaracterizar a especialidade da atividade desempenhada pelo segurado, devendo cada caso ser apreciado em suas particularidades.
5. Comprovado o tempo de serviço/contribuição suficiente e implementada a carência mínima, é devida a aposentadoria por tempo de serviço/contribuição, a contar da data de entrada do requerimento administrativo, nos termos dos artigos 54 e 49, inciso II, da Lei 8.213/1991, bem como efetuar o pagamento das parcelas vencidas desde então.
6. Deliberação sobre índices de correção monetária e taxas de juros diferida para a fase de cumprimento de sentença, a iniciar-se com a observância dos critérios da Lei 11.960/2009, de modo a racionalizar o

# Superior Tribunal de Justiça

andamento do processo, permitindo-se a expedição de precatório pelo valor incontroverso, enquanto pendente, no Supremo Tribunal Federal, decisão sobre o tema com caráter geral e vinculante. Precedentes do STJ e do TRF da 4ª Região.

7. Determinado o cumprimento imediato do acórdão no tocante à implantação do benefício, a ser efetivada em 45 dias, nos termos do artigo 497, caput, do Código de Processo Civil.

Embargos de declaração acolhidos somente para fins de prequestionamento.

No recurso especial o recorrente sustenta ofensa aos artigos 369 e 370 do CPC/1973, e dissídio jurisprudencial, sob o seguinte argumento: (a) demonstrada a necessidade da realização de perícia técnica a fim de comprovar o desempenho das atividades laborais desempenhadas em condição especial nos períodos de 15/5/2007 a 4/11/2008 e 8/10/2008 a 18/7/2011.

Sem contrarrazões.

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

É o relatório. Decido.

Com efeito, verifica-se que não houve juízo de valor por parte da Corte de origem acerca dos dispositivos legais tidos por malferidos nem da tese a eles vinculada, o que acarreta o não conhecimento do recurso especial pela falta de cumprimento ao requisito do prequestionamento. Aplica-se ao caso a Súmula 282/STF.

Ademais, ainda que assim não fosse, o recurso não alcançaria êxito, em razão da deficiência do recurso especial. Diz-se isso, porque sequer os períodos de trabalho especial controvertidos indicados pelo recorrente correspondem àqueles apreciados no acórdão recorrido.

Nesse contexto, verifica-se que em seu recurso especial a parte recorrente requer (fl. 449) "[...] seja o presente recurso especial admitido e provido, a fim de que seja anulada a sentença e acórdão proferido, visando a produção da prova pericial requerida, em relação aos períodos laborados nas empresas Civitanova Industria de Calçados Ltda (15/5/2007 a 4/11/2008) e João Orlando Araujo dos Santos EPP (8/10/2008 a 18/7/2011) eis que imprescindíveis ao justo julgamento conhecimento técnico [...]". Contudo, o julgador ao apreciar a controvérsia consignou que (fls. 381 e 390):

[...]

Cabe conhecer do agravo retido interposto pelo autor contra decisão que indeferiu a produção de prova pericial e testemunhal em relação aos períodos laborados junto às empresas Virago Beneficiamento de Calçados Ltda. (01/04/1998 a 08/12/1998) e Ind. de Calçados Wirth Ltda. (16/12/1998 a 26/05/2010), uma vez que expressamente requerida sua apreciação nas razões de apelação (art. 523, §1º, do Código de Processo Civil de 1973).

No entanto, **quanto ao período de 16/12/1998 a 26/05/2010, laborado na Ind. de Calçados Wirth Ltda**, verifico que **foi juntado perfil profissiográfico previdenciário - PPP, devidamente preenchido e constando o responsável técnico pelas informações, sendo suficiente à análise do período em questão.** (destacou-se)

[...]

Período: 16/12/1998 a 26/5/2010

Empresa: Indústria de Calçados Wirth Ltda.

Função/atividades: Cortador

Agentes Nocivos: **Ruído de 75 a 77 dBA**

# Superior Tribunal de Justiça

Provas: Perfil profissiográfico previdenciário - PPP (fl. 83/85)

Conclusão: **Não restou comprovado nos autos o exercício de atividade especial pela parte autora no período indicado**

Quanto ao agente nocivo ruído adota-se o entendimento pacífico do STJ, no sentido de limitar o reconhecimento da atividades especial aos estritos parâmetros legais vigentes em cada época (REsp 1.333.511, Castro Meira, e Resp 1.381.498 - Mauro Campbell) de modo que é tida por especial a atividade eercida com exposição a ruídos superiores a 80 decibéis até a edição do Decreto 2.172/1997

A falta de argumentação ou sua deficiência implica não conhecimento do recurso especial quanto à questão deduzida, pois não permite a exata compreensão da controvérsia. Incidência da Súmula 284/STF. Confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. MILITAR. PROMOÇÃO POR RESSARCIMENTO DE PRETERIÇÃO. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INOVAÇÃO RECURSAL. DISSÍDIO PRETORIANO. ARGUMENTAÇÃO DEFICIENTE. FALTA DE INDICAÇÃO EXPRESSA DOS DISPOSITIVOS LEGAIS TIDOS POR VIOLADOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284 DO STF.

1. A deficiência da fundamentação do recurso inviabiliza a exata compreensão da controvérsia, atraindo, assim, o enunciado da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.

2. No caso, as partes agravantes limitaram-se a afirmar que o entendimento exarado pela Corte de origem divergiu do entendimento firmado por outros tribunais a respeito do direito à promoção por ressarcimento de preterição, sem apontar, de forma clara e precisa, os dispositivos legais tidos por contrariados e as razões pelas quais o acórdão teria afrontado cada um deles, circunstância que impede a exata compreensão da controvérsia, ante a apresentação de inconformismo genérico. Incidência, por analogia, do óbice previsto na Súmula 284/STF.

3. Esta Corte Superior possui jurisprudência consolidada de que "a menção tardia ao artigo tido por violado, somente por ocasião do agravo interno, não elide a aplicação do referido óbice sumular, pois se caracteriza imprópria inovação recursal, tendo em vista a ocorrência da preclusão consumativa" (AgInt no AREsp 1.061.595/SP, Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 5/4/2018).

4. Agravo interno conhecido em parte e, nessa extensão, não provido. (AgInt no REsp 1.712.891/AL, Rel. Min. Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 6/9/2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. OPÇÃO PELO BENEFÍCIO MAIS VANTAJOSO CONCEDIDO ADMINISTRATIVAMENTE. RAZÕES DESASSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ARGUMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA N. 284/STF. EXECUÇÃO DAS PARCELAS DO BENEFÍCIO POSTULADO NA VIA JUDICIAL ATÉ A DATA DA IMPLANTAÇÃO ADMINISTRATIVA. POSSIBILIDADE. CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ.

1. A argumentação deficiente decorrente da apresentação de razões desassociadas da narrativa e dos fundamentos adotados no acórdão recorrido no trato da controvérsia são situações que dificultam ou não permitem a exata compreensão da controvérsia. Aplicação do teor da

# *Superior Tribunal de Justiça*

Súmula 284/STF.

2. Consoante a jurisprudência desta Corte, "reconhecido o direito de opção pelo benefício mais vantajoso concedido administrativamente, no curso de ação judicial em que se reconheceu benefício menos vantajoso, é possível a execução das parcelas do benefício postulado na via judicial até a data da implantação administrativa" (AgInt no REsp 1.743.597/RS, Rel. Min. Regina Helena Costa, Primeira Turma, 30/8/2015).

3. Agravo interno não conhecido. (AgInt no REsp 1.741.472/RS, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 23/11/2018)

Ante o exposto, **conheço** do agravo para não conhecer do recurso especial. Majoro em 10% os honorários advocatícios anteriormente fixados (fl. 398), observados os limites e parâmetros dos §§ 2º, 3º e 11 do artigo 85 do CPC/2015 e eventual Gratuidade da Justiça (§ 3º do artigo 98 do CPC/2015).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 05 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES  
Relator

